

PEDIMOS ÀS NAÇÕES UNIDAS QUE DESIGNE UM ENVIADO ESPECIAL PARA A CRISE DA FRONTEIRA COLOMBIANO- VENEZUELANA

01



A Colômbia e a Venezuela não podem utilizar os acontecimentos de Apure e Arauca desta semana como uma desculpa para a escalada de tensões. Neste momento, é preciso resgatar a racionalidade e o bom senso entre as lideranças dos dois países, a fim de construir um sólido mecanismo institucional de proteção aos habitantes das fronteiras, com o apoio das Nações Unidas, que permita começar a trabalhar na solução dos gravíssimos problemas de segurança, pois a ausência das instituições é aproveitada pelos grupos armados à margem da lei, afetando ambos os lados da fronteira.

Depois de mais de cinco anos de fechamentos intermitentes dos postos de passagem formais de fronteira e diante da inexistência de coordenação das instituições nacionais da Colômbia e da Venezuela para tratar dos problemas da fronteira comum, é urgente a ativação de uma instância entre ambos os países, que vise responder aos problemas humanitários e de segurança.

Assinamos este comunicado: cidadãos vinculados a universidades, instituições econômicas, organizações humanitárias e da sociedade civil da Venezuela e da Colômbia consideramos urgente que o



Secretário-geral das Nações Unidas designe um enviado especial para a crise de fronteira, ao mesmo tempo solicitamos aos governos de ambos os países que permitam sua atuação no local, para que possam levar adiante os seguintes propósitos:

- Coordenar os esforços de segurança necessários entre a Venezuela e a Colômbia, visto que há quase dois anos não existem relações diplomáticas nem consulares, e toda a gestão institucional para o controle dessas zonas vizinhas encontra-se paralisada, enquanto a dinâmica fronteira está afetando de modo grave e acelerada a vida de mais de cinco milhões de pessoas que vivem nessas zonas, com um enorme impacto na segurança regional.
- Estabelecer um mecanismo internacional de vigilância e monitoramento visando a proteção dos direitos humanos na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia.
- Contribuir para o atendimento das urgentes necessidades sociais e econômicas dos cidadãos da fronteira comum, que sofrem com as consequências da situação política e da ação de grupos que se encontram à margem da lei.
- Colaborar de forma integral com a assistência humanitária urgente, diante do deslocamento e êxodo forçado da população da Venezuela devido à violência e à crise humanitária complexa, bem como com o retorno da população colombiana.
- Garantir o intercâmbio de informações epidemiológicas, e também o diálogo entre as respectivas autoridades de ambos os países, bem como a coordenação de uma adequada resposta à pandemia.

- Cooperar na desmobilização das estruturas de economia ilegal e dos grupos armados à margem da lei que operam na fronteira.
- Ajudar a eliminar as minas antipessoal e os restos de munições usados ou sem explodir, implantadas por grupos armados ilegais e que se tornaram um grave problema de segurança fronteiriça.
- Promover e facilitar os diálogos entre as autoridades de ambos os países para a reabertura imediata de todos os postos de passagens de fronteiras formais, que permita a regularização e legalização do trânsito de pessoas, mercadorias, bens e serviços entre a Colômbia e a Venezuela.

Reiteramos nosso pedido ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, de designar com urgência o enviado especial para a zona de fronteira comum entre a Colômbia e a Venezuela, bem como às autoridades de ambos os países que fazem parte desta petição da sociedade civil binacional e que permitam a ação do funcionário designado para a crise de fronteira. Sem a cooperação entre a Venezuela e a Colômbia, a situação na fronteira vai agravar-se no curto prazo, com dramáticas consequências para as populações, correndo-se o risco de um escalonamento no confronto e de que ambos os Estados sejam tentados a resolver suas diferenças fora do âmbito do direito internacional.

Colômbia e Venezuela, 31 de março de 2021.